

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

### **REQUERIMENTO N.º DE 2009 (Do Sr. Cezar Silvestri)**

Solicita convocar o Ministro de estado da Fazenda, Guido Mantega, para tratar do atraso na restituição de imposto de renda de milhões de contribuintes brasileiros

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 24, IV, 219 e 255 a 258 do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja convocado o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, GUIDO MANTEGA, para esclarecer a este órgão o atraso na restituição do Imposto de Renda de milhões de contribuintes.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Na semana passada o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que o governo federal estaria postergando a restituição de imposto de renda de milhões de contribuintes brasileiros, diante das dificuldades de caixa enfrentadas pelo governo federal. Segundo o Ministro, diante da queda de arrecadação provocada pela crise mundial, o governo está com as finanças desequilibradas e, portanto, precisaria estabelecer um novo cronograma de desembolso das restituições de imposto de renda para acertar o fluxo de caixa do governo. Segundo dados divulgados pela imprensa, os desembolsos efetuados de junho a outubro de 2008, o montante de transferido pelo governo às pessoas físicas que fazem jus à devolução de Imposto de Renda foi 21,7% menor neste ano de 2009. As reduções mais acentuadas no fluxo de pagamentos ocorreram em agosto (-58%) e setembro (-68%). Dos cerca de R\$ 15 bilhões que a Receita devia a esse conjunto de contribuintes, apenas R\$ 5 bilhões foram saldados. Segundo o Ministro, o governo poderá deixar que parte das restituições faltantes sejam pagas apenas em 2010.

Tal iniciativa demonstra total falta de respeito pelo governo com o contribuinte. Isto porque, estes recursos da restituição são dinheiro do contribuinte que, por diversas razões, pagou a mais o que devia de imposto a ser recolhido no ano passado. É grave quando um governo confisca o dinheiro do cidadão para fazer frente a desequilíbrios fiscais produzidos pela sua própria má gestão. Não há, portanto, justificativa plausível para ato de tamanha violência que coloca em lados opostos o todo poderoso estado e, de outro, os simples cidadãos.

Em segundo lugar, a pergunta que devemos fazer é a seguinte: que culpa tem o cidadão se o governo desonerou tributariamente diversos setores e expandiu os gastos públicos de maneira irresponsável? O percentual de despesas com pessoal em relação ao PIB passou de 4,6% do PIB, média do governo Lula, para 5,11% do PIB, estimativas para o

ano de 2009. Só os aumentos do funcionalismo públicos federais concedidos tomarão R\$ 20 bilhões dos contribuintes neste ano. Este aumento não seria problema se o governo tivesse recursos para dar o mesmo tratamento aos aposentados ou aos simples contribuintes.

Cabe, ainda, ressaltar a total falta de isonomia de tratamento entre aqueles que devem ao erário e aqueles cujos recursos estão sendo retidos pela Receita Federal. As formas de remuneração de tais recursos são totalmente desfavoráveis aos contribuintes. Como ficarão aqueles contribuintes que anteciparam restituição do Imposto de Renda com a rede bancária? Quem irá arcar com o prejuízo que terão milhares de contribuintes que utilizaram este mecanismo, inclusive com bancos oficiais?

O cidadão terá que procurar à Justiça para obrigar ao governo e arcar com seus compromissos para com os contribuintes?

A esta Comissão, segundo o Regimento Interno desta Casa, compete, entre coisas, a discussão sobre economia popular e repressão ao abuso do poder econômico. Parece claro, para nós, que a decisão de postergar a restituição do Imposto de Renda insere-se nas competências desta Comissão e, portanto, cabe ao Ministro explicar as razões desta decisão a este colegiado.

Diante dos argumentos apresentados acima, peço o apoio dos nobres pares para aprovar este Requerimento.

Sala das Comissões, em        de outubro de 2009.

Deputado Cezar Silvestri  
PPS/PR